

Sobre o conceito de independência económica

I

1. Na presente «crise» do processo revolucionário português¹, a expressão independência nacional é constantemente invocada pelos vários actores em confronto. Todavia o seu significado(s) permanece obscuro ao nível do que se «pretende» dizer, talvez menos ao nível do que na prática efectivamente se afirma ou rejeita. As expressões aparentemente mais pacíficas do conceito situam-se no simples plano da diversificação do comércio externo: mais ou menos claramente supõe-se que multiplicar dependências favorece certa independência, porque essas dependências seriam, de algum modo, reciprocamente compensadoras, aumentando a capacidade de decisão autónoma do País. Mas isto é apenas arranhar a superfície da questão.

Em artigo anterior², referi que o alvo da independência requer uma estratégia específica de desenvolvimento «interno», condicionada por factores como os seguintes: factores geopolíticos de inserção na periferia do sistema capitalista; disponibilidades em recursos naturais; grau atingido no desenvolvimento das forças produtivas; suporte sociológico do poder político implantado no Estado nacional; projecto de sociedade visado pelo poder político.

Nas notas seguintes, desenvolvo alguns destes condicionamentos, procurando contribuir para o aprofundamento, no caso português, do conceito de independência económica. Abordarei sucessivamente os seguintes pontos:

- a) relações entre a problemática de transição para o socialismo e o objectivo da independência económica;
- b) características do capitalismo português e dos correspondentes mecanismos de dependência externa;
- c) contornos dum possível projecto de independência económica ajustado ao caso português.

Claro que esta temática é vastíssima e não pretendo mais do que reunir neste texto algumas reflexões preliminares, a aprofundar em trabalhos posteriores.

¹ Aceite-se que o termo «crise» exprime aqui a incapacidade duma estabilização ao nível do poder político que permita a direcção eficaz dum processo revolucionário de transição para o socialismo.

² «Cooperação económica para o desenvolvimento recíproco», in *Análise Social*, xi (41), 1975-1.º, pp. 7-16.

II

1. Mais do que em transição *para* o socialismo, pode dizer-se que o sistema económico português se encontra em estágio de transição *entre* capitalismo e socialismo. Tratando-se duma economia pequena e com certas características de subdesenvolvimento, que adiante referirei, e não havendo sinais objectivos de irreversibilidade nas transformações qualitativas observadas desde 1974, o termo transição aplicado a este caso é indeterminado quanto ao sentido futuro da evolução. Por outro lado, é possível que certas transformações qualitativas sejam irreversíveis (por exemplo, o reconhecimento de direitos sindicais), embora não justifiquem, só por si, a existência duma transição *para* o socialismo. É necessário um esforço prévio de clarificação de conceitos e métodos de análise.

O socialismo, como processo ou prática social, faz-se fazendo-se (como os seres humanos) e, em rigor, nunca está totalmente *realizado*, nem aquilo que se realiza é jamais insusceptível de regressões. O avanço no socialismo é aferido, em termos genéricos, pela superação de condições de exploração e alienação. Essa superação depende de afrontamentos de classes, no plano interno, e da superação de relações de dominação-dependência no plano internacional. Os dois teatros da luta que conduz ao socialismo não são, claramente, independentes e os caminhos da transição consistem em articulações de estratégias complementares do poder político, introvertidas ou extrovertidas relativamente às fronteiras do Estado nacional. Sendo assim, interessa discutir a viabilidade do avanço socialista no plano interno sem correspondência no plano externo (e inversamente), embora situando-nos apenas ao nível do funcionamento do sistema económico.

2. Sem entrar em discussões eruditas sobre o que tem sido entendido ou deverá ser entendido por termos tais como desenvolvimento, crescimento e subdesenvolvimento, aceitem-se as definições seguintes, para os propósitos deste texto.

O crescimento económico exprime-se no aumento do produto nacional em termos reais. As teorias do «economic growth» são as «explicações» da literatura económica ortodoxa ou burguesa relativamente ao crescimento de longo prazo nas economias capitalistas.

O desenvolvimento económico é a expressão correntemente utilizada para designar o processo de transformação das economias «atrasadas», tomando por referência os capitalismo avançados, dominantes à escala mundial. Assim, subdesenvolvimento é termo frequentemente utilizado como sinónimo de atraso económico, naquele sentido.

Estes conceitos, não são evidentemente neutros e traduzem enviesamentos ideológicos. Na realidade, explicar o «economic growth» do Ocidente requer explicar os mecanismos de expansão e domínio do sistema capitalista à escala mundial. E explicar o subdesenvolvimento é encontrar, na periferia do mundo capitalista³, o reverso daquele primeiro processo. Nesta linha, subdesenvolvimento confunde-se com dependência; e pode haver crescimento económico concomitante com um processo de subdesenvolvimento, ou seja, de crescente subordinação a centros de decisão alheios

³ Sendo assim, não faz em rigor sentido aplicar estes mesmos termos (desenvolvimento, subdesenvolvimento) às economias de planeamento central.

às fronteiras do Estado politicamente «independente». *O desenvolvimento só poderá, pois, consistir num processo de crescimento económico que, além do mais, assegure crescente autonomização de decisões em dada economia.* Neste sentido, o desenvolvimento económico será condição necessária — mas não suficiente — da transição para o socialismo. Tudo isto será, porém, mero exercício formal, ou jogo de palavras, desde que não sejam referidos os mecanismos concretos da dependência e do subdesenvolvimento.

3. Os mecanismos da dependência podem ser detectados em diversos planos de análise: troca de mercadorias (o problema que alguns designam de «troca desigual»); acesso à tecnologia moderna (como se «transferem» tecnologias do centro para a periferia, designadamente pela expansão territorial das multinacionais); dependência monetária e financeira (problemas resultantes da «crise» estrutural das balanças de pagamentos); dependência cultural (imposição pelo exterior de padrões de consumo que perpetuam relações de dependência); dependência política. Noto que tudo isto se concretiza numa totalidade histórica que só como tal pode ser compreendida em profundidade. Ao nível que mais nos interessa considerar, a dependência manifesta-se numa procura sem correspondência com as necessidades básicas da maioria da população e numa oferta que desperdiça recursos próprios, orientada para procuras internas e externas distintas daquelas necessidades⁴. Vencer a dependência implica assim a execução duma estratégia de desenvolvimento auto-centrada (mas não autárquica), cuja viabilidade pressupõe profundas transformações no contexto socio-político da economia subdesenvolvida, numa via revolucionária de transição para o socialismo.

Surge aqui, porém, uma questão fundamental: *é viável a passagem ao socialismo duma economia pequena e dependente, sem alguma forma de articulação num contexto mais amplo de economias socialistas ou em transição?* Trata-se de retomar, nalguma medida, a problemática do «socialismo num só país», mas no âmbito das relações internacionais da 2.^a metade do século xx, muito diversas das que vigoravam há 50 ou 100 anos. Em linguagem vulgar, a questão conduz ao seguinte: a emancipação de determinadas relações de dependência não acarreta necessariamente a criação doutras, tudo conduzindo à inviabilidade da autonomização de decisões e à utopia do projecto de independência económica? Por outro lado, o objectivo da independência só será meritório na medida em que sirva o socialismo (digamos: a supressão de condições de exploração e alienação dos trabalhadores, não abstractamente, do Estado nacional); poder-se-á concluir, porventura, da contradição entre independência económica e transição para o socialismo. Esta implicaria necessariamente a destruição das formas de dependência e exploração típicas do sistema internacional capitalista, mas já não a total autonomização e o auto-centramento da economia — mesmo que estas tendências se não confundam com o projecto autárquico.

Estas questões são hoje discutidas apaixonadamente no mundo inteiro — salvo, já se vê, entre os profissionais da economia ortodoxa dos capitalismo avançados — e não creio que já existam respostas satisfatórias para tanto. Além do mais, ao contrário do que sucedeu na luta dos prole-

⁴ Cf. Clive Thomas, *Dependence and Transformation*, Monthly Review Press, 1974.

tariados internos do séc. XIX, a prática vai muito à frente da teoria nos combates dos proletariados «externos» do séc. XX. Como escreveu um antigo ministro da Tanzânia, A. M. Babu: «A nossa acção deve basear-se na nossa experiência concreta, e não nos devemos deixar embalar por desejos e esperanças metafísicas — esperando que o monstro que sempre nos explorou venha algum dia a transformar-se em carneiro; ele não o fará. Como disse Engels, a liberdade não consiste em sonhar uma independência face às leis naturais, mas no conhecimento dessas leis... A liberdade de querer, por conseguinte, apenas significa a capacidade de tomar decisões com conhecimento do assunto»⁵.

III

1. O desmoronar tardio do sistema colonial português e o concomitante processo de transformações sociais na antiga Metrópole desafiam o paralelo com qualquer outra experiência histórica de sinal anti-capitalista. Olhando o capitalismo português antes de 1974, podem destacar-se algumas características do crescimento económico experimentado pelo País nas últimas décadas.

Em primeiro lugar, a *forte aceleração*. A taxa média de crescimento terá sido inferior a 3 % entre 1914 e 1950; superior a 4 % e inferior a 5 % entre 1950 e 1960; aproximando-se de 7 % para os finais dos anos 60 e começo da década de 70.

A explicação fundamental desta aceleração encontra-se nas tendências globais do sistema capitalista na ordem internacional, em particular no espaço europeu. Se tomarmos como indicador (grosseiro) da dependência externa de Portugal, o valor das exportações e importações de mercadorias em percentagem da Despesa Nacional, essa dependência passou de 23 % em 1938 a 35 % em 1947/52 (média do período) e 39 % em 1972, devendo ter ainda aumentado nos últimos dois anos. Só a percentagem das exportações praticamente duplicou de 1938 a 1972 — passou de 8 a 16 %.

O período em referência foi, como se sabe, caracterizado por crescimento muito rápido do comércio internacional, forte expansão económica dos países industrializados do continente europeu e, ainda, pelo incremento da rede internacional das grandes empresas de actividades múltiplas, sobretudo oriundas dos E. U. A., mas também do Japão e dos países industrializados europeus. Todos estes factos determinaram, em maior ou menor escala, consequências significativas na economia portuguesa.

Embora nos anos 50 se tenha registado um processo importante de substituição de importações impulsionado pelo Estado (nos sectores das químicas, metalúrgicas e metalomecânicas), foi sobretudo o impulso da procura externa dos nossos produtos manufacturados industriais que determinou a forte expansão industrial, que por seu turno deu a maior contribuição para o crescimento económico global.

Mas, no final dos anos 60, a nossa estrutura industrial estava ainda largamente assente nas indústrias tradicionais e ligeiras (cerca de 60 % do

⁵ Pós-fácio ao livro de Walter Rodney, *Como a Europa subdesenvolveu a África*, col. «Leste a Oeste», Lisboa, Seara Nova, 1975.

produto industrial), sobretudo nas indústrias têxteis e do vestuário que, só por si, contavam para mais de $\frac{1}{3}$ do produto e do emprego.

Este crescimento acelerado, reforçando dependências dos capitalismos europeus mais avançados, induziu progressiva *desintegração interna* da economia portuguesa. Notemos, apenas, os aspectos mais salientes do processo desintegrador: estagnação agrícola, despovoamento do interior, acentuação das assimetrias regionais, crescente dependência do exterior em bens essenciais alimentares (em 1973, as importações de cereais, peixe fresco, bacalhau e carne contaram para 12,5 % das importações portuguesas), emigração em massa.

É provável que os salários da grande parte da população activa portuguesa ocupada na agricultura e na indústria se mantivessem próximos dos estritos níveis de subsistência até aos começos dos anos 60. É o rápido surto emigratório — também induzido pelo forte crescimento económico dos países capitalistas centro-europeus — e que faz quintuplicar o número de emigrantes saídos anualmente do País entre 1960 e 1970, que determina relativamente rápido aumento dos salários reais (comparativamente à nossa experiência histórica), mas em todo o caso *inferior* aos ritmos de crescimento mais frequentes na Europa. Com efeito, apesar do aumento dos salários reais, a mão-de-obra portuguesa «embarateceu» no contexto europeu, facto que contribuiu para o espectacular crescimento das nossas exportações de produtos manufacturados.

Dada a muito desigual repartição do rendimento, e apesar do relativamente baixo nível médio de vida da população (cerca de 950 dólares em 1972, comparáveis nessa data a 4500 dos E. U. A., 4000 da Suécia e 1700 da Itália), é possível a existência dum estrato da população com hábitos da chamada sociedade de consumo, num conjunto humano onde a grande maioria não tem acesso a níveis decentes de satisfação das necessidades mais elementares⁶.

Este facto deve relacionar-se com a situação peculiar da balança de pagamentos do escudo, fortemente superavitária e permitindo extraordinária acumulação de reservas em ouro e divisas⁷. Essa situação explicava-se pelas remessas dos emigrantes, receitas do turismo, excedentes das colónias com o exterior⁸ e saldos das operações de capital, largamente compensadoras do défice da balança comercial.

Este quadro sumário da economia portuguesa revela o carácter exemplar dum *crescimento em vias de subdesenvolvimento*: crescente desintegração e dependência compatíveis com elevação acentuada de níveis de consumo numa minoria da população, possibilitada pela acumulação de meios externos de pagamento decorrente dos factores mencionados.

⁶ Grosso modo, pode dizer-se que antes de 1974, os 6 % mais ricos da população teriam um rendimento médio igual a cerca de 7 vezes o rendimento médio da metade mais pobre.

⁷ No final de 1973, as reservas do Banco de Portugal, ao preço oficial do ouro, atingiam 2839 milhões de dólares; admitindo um valor comercial do ouro igual a 3 vezes o seu preço oficial, aquele montante equivalia a cerca de 23 meses de importações de 1973!

⁸ Estima-se em cerca de $\frac{1}{3}$ a contribuição desta fonte para a acumulação de reservas nos dez anos anteriores a 1974.

2. Depois de Abril de 1974, verificou-se em Portugal um processo não controlado pelo poder político de destruição da ordem capitalista no sistema social. Embora o processo não seja irreversível, é certo que o capital monopolista e latifundiário não detém actualmente o controlo dos centros de decisão daquele sistema. No entanto, a aguda luta de classes que se tem travado, não tendo direcção política unificada, não poderia servir e não tem servido qualquer projecto definido de reconstrução socialista da economia e da sociedade portuguesas.

Dito doutro modo: existe em Portugal uma contradição entre as características da infra-estrutura económica e da super-estrutura a nível político e ideológico. A «crise» política que se agudizou desde o termo do IV Governo Provisório, independentemente das intenções de muitos dos actores, vem permitindo a tentativa de recompor entre nós o modo de produção capitalista periférico.

No entretanto, havendo um sistema económico impossibilitado de orientar-se em termos de economia capitalista, a vacuidade e indeterminação do poder político, exprime-se e reflecte-se ao nível do sistema económico na sua incapacidade de funcionamento. A transição *entre* (em lugar de *para*) capitalismo e socialismo não resolve — qualquer que seja o sinal político da pretendida solução — a crise económica portuguesa.

Um ponto fundamental a reter nesta análise é o seguinte: encontrando-se, mesmo que provisoriamente, destruído o capital monopolista como opositor do avanço do processo, qualquer contra-ofensiva de facto pró-capitalista só pode ter na prática forças externas como principal apoio, beneficiando ainda do atraso da consciência social do povo português relativamente ao desenrolar dum processo não só muito complexo, mas ainda de cadência extraordinariamente rápida.

Do que resulta a extrema acuidade da questão «independência económica-transição para o socialismo», nas condições presentes e concretas da sociedade portuguesa.

IV

1. Para esboço do possível projecto de independência económica e de transição para o socialismo, no caso português, é conveniente, à partida, assumir uma perspectiva semelhante à da teoria dos jogos, ou de decisão em condições de incerteza, em que cada um dos jogadores adopta uma estratégia na expectativa das estratégias dos parceiros. Na verdade, a questão seria menos complexa se o universo exterior pudesse ser considerado como *dado*, insensível à nossa própria estratégia (digamos, como no caso da decisão estatística, em que o «adversário» é a natureza). Não é realista, porém — a experiência demonstra-o com toda a nitidez — no caso dum país periférico do capitalismo europeu, admitir a passividade dum exterior necessariamente não neutral perante uma autêntica estratégia anti-capitalista interna e externa; quanto aos possíveis aliados dessa estratégia — países de economia planificada, certas nações do Terceiro-Mundo — não é também fácil prever os seus comportamentos face ao Estado que pretende romper os seus laços de subdesenvolvimento. Vamos todavia admitir dois possíveis cenários na análise: *caso A* — com exterior «indiferente», não hostil; *caso B* — com exterior hostil ao processo.

Não considero o caso extremo de agressão ou ameaça de agressão armada, pelo que a hostilidade do cenário B se manifestará apenas pelas armas da política económica, que poderão ser utilizadas mais ou menos ostensivamente até ao limite do completo bloqueio económico.

Admitamos ainda um *caso C*, de pseudo-transição, em que o *exterior é favorável* a certa via moderada de socialização, compatível — ao menos em princípio — com o tipo de organização política dos capitalismos europeus.

Para situar a problemática em questão nos três contextos descritos consideram-se as seguintes *áreas* da política económica: *estratégia de desenvolvimento*, a médio e longo prazo; *configuração do sistema económico*. Cada uma das áreas, por seu turno, define-se por referência a certos pontos básicos.

No primeiro caso, a objectivos de três ordens: *emprego; garantia dum mínimo de oferta interna; equilíbrio externo*. Quanto à configuração do sistema económico, para o propósito desta reflexão, limito-me a referir os seguintes pontos: *sistema de planeamento; natureza dos agentes económicos*.

Aparentemente, evocar estas questões remete mais para a problemática «interna» da transição que para a da independência (embora já se tenha notado que, dalgum modo, as duas problemáticas são inseparáveis). Tentarei mostrar que, em concreto, não é possível desligar as duas problemáticas numa análise minimamente aprofundada.

2. Estratégia A (auto-centrada) — A *estratégia A* visa a transição para o socialismo em condições de crescente autonomia de decisões no desenrolar do processo, designadamente na orientação do desenvolvimento económico.

Quanto a isto (estratégia de desenvolvimento), o essencial traduz-se na prioridade a longo prazo atribuída ao objectivo do pleno-emprego produtivo (o que implica toda uma política económica e social de valorização dos recursos humanos nacionais), na rápida criação duma estrutura da oferta interna que reduza a dependência — comercial, financeira e monetária, tecnológica —, na limitação drástica de consumos não essenciais e na adopção duma estratégia de cooperação externa compatível com o modelo de desenvolvimento adoptado, privilegiando esquemas de cooperação com países socialistas, países progressistas do chamado Terceiro-Mundo e novas nações de língua portuguesa⁹. Sem sacrificar as correntes de exportações tradicionais orientadas para o mundo capitalista, procurar-se-ia obter *exportações adicionais* compensadoras de importações progressivamente transferidas da órbita capitalista, quer matérias-primas, quer produtos manufacturados.

Relativamente à configuração do sistema económico, haveria que combinar forte e eficaz coordenação central de macro-decisões com progressiva estruturação descentralizada e desconcentrada do sistema económico-social, apoiada em órgãos diversos de poder popular. A coordenação central incidiria nas alavancas mais decisivas do funcionamento global do sistema — sistema financeiro, política de preços, selecção e gestão de grandes

⁹ Trata-se apenas, no texto, de *esboçar* contornos de estratégias de desenvolvimento. A *estratégia A* resume a filosofia subjacente ao Plano Económico de Transição (P. E. T.) que se preparava no Ministério do Planeamento dos IV e V Governos Provisórios.

projectos de investimento, comércio externo —, tudo enquadrado num plano económico de transição para o socialismo.

3. A viabilidade da *estratégia A* depende também da preparação mínima da eventualidade *B*. A transição (externa) pacífica para o socialismo — isto é, imune de formas agressivas de política económica oriundas do capitalismo internacional e das instituições internacionais correspondentes (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Comunidade Económica Europeia, etc.) — depende, antes do mais, da convicção da sua verosimilhança, quer do poder político que procura adoptá-la, quer por parte dos poderes eventualmente seus opositores. Com efeito, *A* será tanto mais viável quanto for convincente a existência duma *estratégia B* de recurso, sobretudo se esta for de algum modo mais desfavorável para os opositores de *A*. Na prática, o que se tem passado em Portugal nos últimos meses pode reduzir-se a esta «mensagem» essencial: como nunca houve convicção política na adopção de *A* — até porque, mais ou menos confusamente, se receia a hostilidade externa dos nossos parceiros económicos tradicionais e se supõe que *B* não é praticável nem mesmo transitoriamente — a manipulação externa (agindo internamente, de várias formas) conduziu, digamos, à *derrota antes da batalha*, isto é, ao conformismo à *estratégia C*, apresentada como única sensata, por ser aparentemente o menor dos males possíveis. Aliás, isso é consequência inelutável de duas características do poder político instituído após o 25 de Abril: fragilidade, o que o torna dificilmente convincente como interlocutor determinado e forte na política externa; subordinação prática — ainda que nem sempre intencional — da política externa às posições do partido português que é expoente privilegiado da *estratégia C*.

Não é aqui o lugar para analisar o possível conteúdo desta *estratégia* de recurso — afinal a adaptação de *A* a políticas agressivas do mundo capitalista — cuja definição remete essencialmente para uma hábil e determinada política externa de transição para o socialismo.

4. *Estratégia C* (abertura ao exterior) — Caracterizar esta *estratégia* implica distinguir os objectivos *intencionais* (ao nível da ideologia) dos objectivos *efectivos* (ao nível da prática concreta). Ao primeiro nível, os objectivos prioritários situam-se no plano da atenuação do desequilíbrio externo e no relançamento do investimento produtivo, este considerado, além do mais, como questão-chave no ataque ao desemprego. Ideologicamente, rejeita-se o auto-centramento da economia por ser contrário à divisão internacional do trabalho em termos de vantagens comparativas, conduzir ao isolamento económico, logo ao aproveitamento irracional de recursos e, ainda, contrariar a filosofia de organizações internacionais, como o F. M. I., decisivas no apoio monetário-financeiro necessário à balança de pagamentos estruturalmente vulnerável que caracteriza a economia portuguesa actual. Formalmente, esta intencionalidade poderá ser correcta — aliás também está contida na *estratégia A*. O essencial desta aproximação encontra-se, porém, ao segundo nível, subjacente à ideologia.

Atenuar o desequilíbrio externo com apelo aos capitais estrangeiros — quer sob a forma de empréstimos públicos e privados, quer de investimentos directos privados — implica nesta *estratégia* aceitar determinados esquemas de política económica condicionantes da atracção daqueles. Nesses esquemas contam-se políticas de «estabilização» de receitaário conhecido: redução de défices orçamentais, contracção do crédito, anulação de

ALTERNATIVAS DE TRANSIÇÃO

Estratégias de transição	Estratégia de desenvolvimento			Configuração do sistema económico	
	emprego	«mínimo» de oferta	equilíbrio externo	sistema de planeamento	natureza dos agentes económicos
<i>Estratégia A</i> (auto-centrada)	<p>— prioridade absoluta a médio e longo prazos ao <i>emprego produtivo</i>;</p> <p>— políticas de saúde e educação prioritárias na valorização dos recursos humanos nacionais.</p>	<p>— prioridade à agricultura e ao aproveitamento de recursos naturais;</p> <p>— consolidação dum a estrutura industrial básica de controlo nacional (tecnologia «autónoma»).</p>	<p>— limitação drástica de consumos supérfluos;</p> <p>— substituição de importações de produtos alimentares essenciais;</p> <p>— estratégia de cooperação externa com prioridade de países socialistas e do Terceiro Mundo.</p>	<p>— forte coordenação central de decisões chave (financiamento, preços, comércio externo, gestão de grandes projectos de investimento);</p> <p>— descentralização e desconcentração sectorial e regional progressivas.</p>	<p>— crescente intervenção de comissões de trabalhadores, cooperativas, associações de pequenos e médios empresários, sindicatos, na gestão do aparelho produtivo;</p> <p>— apelo a estruturas de poder popular.</p>
<i>Estratégia C</i> (aberta)	<p>— prioridade a curto prazo;</p> <p>— subordinação a médio e longo prazos à estabilização económica e ao equilíbrio externo.</p>	<p>— «especialização» do aparelho produtivo na periferia do capitalismo europeu, segundo as tendências do comércio internacional e a lógica das multinacionais.</p>	<p>— entradas maciças de capitais estrangeiros (empréstimos públicos e privados e investimentos privados directos);</p> <p>— reforço dos laços económicos e políticos com a Europa da C. E. E.</p>	<p>— fraca coordenação central de decisões;</p> <p>— sector nacionalizado agindo segundo «lógica de mercado»;</p> <p>— desnacionalizações e (ou) reabertura de sectores básicos à iniciativa privada.</p>	<p>— estímulo de investimentos directos estrangeiros em termos liberais;</p> <p>— revitalização de grupos privados nacionais;</p> <p>— funções marginais de órgãos de poder popular na gestão do sistema social.</p>

subsídios, preços fixados segundo a lógica mercantil, desvalorização cambial¹⁰. O grau de imposição destas políticas é variável consoante o poder contratual do país beneficiário da «ajuda»; mas é de supor que a estratégia no caso português limite ao mínimo esse poder, até por incapacidade de avaliação de alternativas. Na prática, tais esquemas conduzem à acentuação da dependência do exterior, alimentam a inflação interna e impedem a médio e longo prazo um desenvolvimento centralmente planeado da economia. A experiência de «socialismo de mercado» da Jugoslávia, analisável e criticável de vários pontos de vista, não foi alheia a imposições externas determinadas pelo desequilíbrio da balança de pagamentos e concomitante necessidade de apoio no âmbito do F. M. I. e do capitalismo internacional¹¹.

Por outro lado, o tratamento concedido ao investimento directo estrangeiro inibe o aprofundamento da socialização dos meios de produção nacionais. É lógica consequência desta política a associação do capital privado nacional ao estrangeiro, e o estabelecimento de arranjos entre empresas públicas nacionais e empresas multinacionais, tendências que num sistema descentralizado necessariamente limitam a margem de manobra interna na configuração do sistema económico a um projecto socialista. Solicitações internas e externas à reabilitação dos «mecanismos de mercado» induzirão, a breve trecho, recuos ao próprio processo de nacionalizações.

Em suma: para além das intenções conscientes dos seus promotores, à partida, a *estratégia C* apenas permitirá o reforço de dependências emanadas dum centro europeu avançado em termos de desenvolvimento capitalista. Restará ainda saber se numa sociedade com as características portuguesas e em tão perturbado período de transição, a *estratégia C* é compatível com a democracia política ou, ao contrário, se não contém dentro de si, inexoravelmente, tendências conducentes à concentração do poder político-económico numa antiga classe dominante recuperada pelo processo.

5. Uma análise aprofundada de alternativas de transição exigiria o tratamento dos respectivos modelos de acumulação, ou seja, a discussão dos mecanismos ou critérios relativos à criação e repartição do excedente económico. Apenas algumas breves observações sobre o tema.

No ponto actual, a economia portuguesa dispõe de capacidades produtivas largamente subutilizadas, sofre duma redução drástica na formação de capital (em alguns sectores, é possível que no ano em curso o investimento não cubra a depreciação do capital — isto é, que se verifique descapitalização, mesmo no sentido físico ou real) e suporta um nível médio de consumo largamente superior ao compatível com a gestão racional dos recursos nacionais, incluindo as disponibilidades em ouro e divisas. Pôr esta problemática é, em parte, levantar a questão da *austeridade* sucessivamente anunciada e protelada pelos governos provisórios. Mas a política de austeridade pode ser entendida como certo *corte generalizado e transitório de consumos*, de emergência temporária, numa fase crítica do processo social português, ou antes como algo mais estrutural, por assim dizer, implicando *adaptações irreversíveis* naquele processo.

¹⁰ Ver algumas experiências exemplares em Cheryl Payer, *The debt trap*, Londres, Pelican Books, 1974.

¹¹ Id., *ibidem*, pp. 117 e segs.

As duas visões remetem para as duas estratégias de transição que referi e, implícita ou explicitamente, pressupõem também distintos modelos de acumulação.

No caso A, a limitação drástica de consumos supérfluos (objectivo, todavia, a compatibilizar com o objectivo prioritário do emprego — até certo ponto, a curto prazo, eles são contraditórios) é elemento político e económico essencial da estratégia de transição. Por outro lado, os recursos apropriados pelo Estado, em consequência das nacionalizações, devem ser geridos em condições de criação do excedente necessário à acumulação no processo de crescimento económico. Tal orientação implica certamente medidas drásticas de contenção de défices, hoje generalizados na economia portuguesa. O financiamento da reforma agrária, só por si, exigirá transferências importantes de recursos criados noutros sectores de actividade. O ajustamento dos níveis de consumo às condições reais da economia, nesta estratégia, implicando sacrifícios nos estratos mais favorecidos da classe trabalhadora, requer não só uma austeridade *diferenciada* por estratos sociais mas uma contrapartida clara em termos de projecto da sociedade a construir *pelos* trabalhadores (mais do que *com* eles ou *para* eles).

Na outra estratégia, a filosofia subjacente implica uma certa *adaptação na alta de preços*, fundamentalmente determinada pelo processo inflacionário. Isto é: a redução dos subsídios a bens e serviços de primeira necessidade (alimentos, transportes públicos, etc.) contrai consumos pelo agravamento de preços; a maior abertura ao exterior implicará ajustamentos monetários e cambiais que se reflectirão igualmente nos preços internos. Após esta fase de adaptação pela via inflacionária — «estabilizada» finalmente a economia — e em que os salários não poderão acompanhar *pari passu* o crescimento dos preços, é suposto que a economia possa entrar num processo de crescimento que retomaria a dinâmica dos anos 60 e começos dos 70. Uma política concertada de preços e rendimentos, supondo entendimento praticável entre os parceiros sociais, seria então compatibilizada com esse crescimento.

Lisboa, 29 de Outubro de 1975.